

VAGAS DISPONÍVEIS:	
<b>ÁREA REGIONAL DE ARAÇATUBA</b>	<b>VAGAS</b>
PJ CÍVEL DE ARAÇATUBA	3
PJ CRIMINAL DE ARAÇATUBA	3
PJ DE ANDRADINA	4
PJ DE BURITAMA	2
PJ DE CAFELÂNDIA	1
PJ DE ILHA SOLTEIRA	3
PJ DE PROMISSÃO	1
<b>ÁREA REGIONAL DE BAURUI</b>	<b>VAGAS</b>
PJ CÍVEL DE BAURUI	3
PJ CÍVEL DE MARILIA	2
PJ DE AVARÉ	3
PJ DE BORBOREMA	1
PJ DE BOTUCATU	1
PJ DE CERQUEIRA CÉSAR	1
PJ DE CHAVANTES	1
PJ DE GÁLIA	1
PJ DE IPAUÇU	1
PJ DE ITÁPOLIS	1
PJ DE ITATINGA	1
PJ DE PALMITAL	1
PJ DE PIRAJUI	2
PJ DE SÃO MANUEL	1
<b>ÁREA REGIONAL DE CAMPINAS</b>	<b>VAGAS</b>
PJ CÍVEL DE CAMPINAS	3
PJ CÍVEL DE JUNDIAI	1
PJ CRIMINAL DE CAMPINAS	4
PJ DE ATIBAIA	5
PJ DE BRAGANÇA PAULISTA	1
PJ DE CAJAMAR	1
PJ DE CAMPO LIMPO PAULISTA	3
PJ DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	2
PJ DE HORTOLÂNDIA	1
PJ DE INDAIATUBA	1
PJ DE ITATIBA	4
PJ DE ITUPEVA	2
PJ DE NAZARÉ PAULISTA	1
PJ DE PAULÍNIA	3
PJ DE PEDREIRA	1
PJ DE PINHALZINHO	2
PJ DE SUMARÉ	2
PJ DE VARGEM GRANDE DO SUL	3
PJ DE VÁRZEA PAULISTA	2
<b>ÁREA REGIONAL DA CAPITAL, GD-SP I, II E III</b>	<b>VAGAS</b>
1º PJ CRIMINAL DA CAPITAL	12
2º PJ CRIMINAL DA CAPITAL	1
3º PJ CRIMINAL DA CAPITAL	2
4º PJ CRIMINAL DA CAPITAL	4
5º PJ CRIMINAL DA CAPITAL	3
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CÍVEL E DE TUTELA COLETIVA	1
GAECO - GRUPO AT ESP DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - NÚCLEO ABC	3
GEDUC - GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE EDUCAÇÃO	2
GEVID - GR ESP DE ENFRENTAMENTO À VIOL DOMESTICA - NÚCLEO CENTRAL	4
GEVID - GR ESP DE ENFRENTAMENTO À VIOL DOMESTICA - NÚCLEO LESTE I	1
GAEMA - GRUPO DE AT ESP DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - NÚCLEO LITORAL NORTE	2
GEVID - GR ESP DE ENFRENTAMENTO À VIOL DOMESTICA - NÚCLEO SUL I	1
JUZADO ESPECIAL CRIMINAL CENTRAL - JECRIM	2
PJ CÍVEL DA LAPA - INFÂNCIA E JUVENTUDE	2
PJ CÍVEL DA VILA PRUDENTE	3
PJ CÍVEL DE ITAQUERA	2
PJ CÍVEL DE OSASCO	1
PJ CÍVEL DE SANTANA	5
PJ CÍVEL DE SANTO AMARO	1
PJ CÍVEL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	4
PJ CÍVEL DO JABAQUARA	4
PJ CRIMINAL DE GUARULHOS	2
PJ CRIMINAL DE ITAQUERA	2
PJ CRIMINAL DE PENHA DE FRANÇA	1
PJ CRIMINAL DE SÃO CAETANO DO SUL	1
PJ DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE (ÁREA DE MENORES/ADOLESCENTES INFRATORES)	1
PJ DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (DIR. DIFUSOS E COLETIVOS)	1
PJ DE DIREITOS HUMANOS	4
PJ DE FALÊNCIAS	1
PJ DE FRANCISCO MORATO	6
PJ DE MAIRIPORÁ	1
PJ DE REGISTROS PÚBLICOS	4
PJ DE REPRESSÃO À SONEGAÇÃO FISCAL	2
PJ DE RIBEIRÃO PIRES	2
PJ DE SANTA ISABEL	1
PJ DE SANTANA DE PARNAÍBA	4
PJ DE VARGEM GRANDE PAULISTA	2
PJ MILITAR	6
PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL	12
PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	59
PROCURADORIA DE JUSTIÇA DE HABEAS CORPUS E MANDADOS DE SEGURANÇA	28
PROCURADORIA DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	5
SETOR DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS E ESPECIAIS CRIMINAIS	1
<b>ÁREA REGIONAL DE FRANCA</b>	<b>VAGAS</b>
PJ CRIMINAL DE FRANCA	1
PJ DE GUARÁ	1
PJ DE IGARAPAVA	1
PJ DE IPUÁ	1
PJ DE SÃO JOAQUIM DA BARRA	1
<b>ÁREA REGIONAL DE PIRACICABA</b>	<b>VAGAS</b>
PJ CRIMINAL DE PIRACICABA	3
PJ DE AMERICANA	7
PJ DE ARARAS	3
PJ DE BROTAS	1
PJ DE CONCHAS	1
PJ DE ITIRAPINA	2
PJ DE LEME	1
PJ DE LIMEIRA I	1
PJ DE RIO CLARO	2
PJ DE SANTA BÁRBARA D'OESTE	1
<b>ÁREA REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE</b>	<b>VAGAS</b>
GAEMA - GRUPO DE AT ESP DEFESA DO MEIO AMBIENTE	1
- NÚCLEO MÉDIO PARANAPANEMA	
PJ DE ASSIS	1
PJ DE IEPÉ	1
PJ DE MARTINÓPOLIS	1
PJ DE PACAEMBU	1
PJ DE PARAGUAÇU PAULISTA	4
PJ DE PIRAPOZINHO	1
PJ DE PRESIDENTE VENCESLAU	2
PJ DE QUATÁ	1
PJ DE RANCHARIA	1
PJ DE ROSANA	1
<b>ÁREA REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO</b>	<b>VAGAS</b>
GEDUC - NÚCLEO RIBEIRÃO PRETO	1
PJ CÍVEL DE RIBEIRÃO PRETO	3
PJ CÍVEL DE SÃO CARLOS	6
PJ CRIMINAL DE RIBEIRÃO PRETO	4
PJ CRIMINAL DE SÃO CARLOS	2
PJ DE CACONDE	1
PJ DE CASA BRANCA	2
PJ DE DESCALVADO	2
PJ DE GUARIBA	3
PJ DE IBATÉ	2
PJ DE JABOTICABAL	1
PJ DE MATÃO	5
PJ DE MOCOCA	2
PJ DE MONTE ALTO	1
PJ DE PIASSUNUNGA	2

PJ DE PORTO FERREIRA	1
PJ DE RIBEIRÃO BONITO	1
PJ DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	1
PJ DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO	1
PJ DE SANTA ROSA DO VITERBO	1
PJ DE SÃO SIMÃO	2
PJ DE SERTÃOZINHO	2
PJ DE TAMBÁU	2
<b>ÁREA REGIONAL DE SANTOS</b>	<b>VAGAS</b>
PJ CÍVEL DE SANTOS	1
PJ CRIMINAL DE SANTOS	5
PJ DE BERTIOGA	2
PJ DE GUARUJÁ	1
PJ DE ITANHAEUM	7
PJ DE MONGAGUÁ	1
PJ DE PERUIBE	3
PJ DE PRAIA GRANDE	1
<b>ÁREA REGIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO</b>	<b>VAGAS</b>
GAECO - GRUPO AT ESP DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - NÚCLEO S.J. RIO PRETO	1
PJ CÍVEL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	3
PJ CRIMINAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	5
PJ DE BARRETOS	2
PJ DE COLINA	2
PJ DE FERNANDÓPOLIS	2
PJ DE GENERAL SALGADO	1
PJ DE MONTE AZUL PAULISTA	1
PJ DE NEVES PAULISTA	1
PJ DE NOVA GRANADA	1
PJ DE OUROESTE	1
PJ DE PALMEIRA D'OESTE	1
PJ DE URUPÊS	2
PJ DE VOTUPORANGA	1
<b>ÁREA REGIONAL DE SOROCABA</b>	<b>VAGAS</b>
PJ CÍVEL DE SOROCABA	2
PJ CRIMINAL DE SOROCABA	3
PJ DE APIÁI	1
PJ DE BOITUVA	1
PJ DE BURI	1
PJ DE CAPÃO BONITO	3
PJ DE IBIÚNA	2
PJ DE ITABERÁ	1
PJ DE ITAPETININGA	5
PJ DE ITAPEVA	2
PJ DE ITAPORANGA	2
PJ DE ITARARÉ	2
PJ DE ITU	2
PJ DE PARANAPANEMA	2
PJ DE PILAR DO SUL	1
PJ DE PORANGABA	2
PJ DE PORTO FELIZ	1
PJ DE TATUI	4
PJ DE VOTORANTIM	1
<b>ÁREA REAGIONAL DE TAUBATÉ</b>	<b>VAGAS</b>
DECRIM - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EXECUÇÕES CRIMINAIS - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	3
GAEMA - GRUPO DE AT ESP DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - NÚCLEO LITORAL NORTE	3
GAEMA - GRUPO DE AT ESP DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - NÚCLEO PARAIBA DO SUL	1
PJ CÍVEL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	2
PJ CÍVEL DE TAUBATÉ	2
PJ CRIMINAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	3
PJ DE BANANAL	1
PJ DE CACHOEIRA PAULISTA	1
PJ DE CAMPOS DO JORDÃO	2
PJ DE CARAGUATATUBA	4
PJ DE ILHABELA	1
PJ DE JACARÉI	5
PJ DE PARAIBUNA	1
PJ DE PINDAMONHANGABA	1
PJ DE SALESÓPOLIS	1
PJ DE SANTA BRANCA	1
PJ DE SÃO BENTO DO SAPUCAÍ	2
PJ DE SÃO SEBASTIÃO	3
PJ DE UBATUBA	2
<b>ÁREA REGIONAL DO VALE DO RIBEIRA</b>	<b>VAGAS</b>
PJ DE CANANÉIA	1
PJ DE ELDOorado	1
PJ DE IGUAPE	2
PJ DE ITARIRI	2
ENDEREÇOS PARA ESCOLHA DE VAGAS:	
Área Regional de Araçatuba	
Avenida Joaquim Pompeu de Toledo, 1261 – Bairro Saudade	
Araçatuba (SP) – Fone (0xx18) 3303-7480	
Área Regional de Baurui	
Av. Getúlio Vargas, 21-120, Jd Europa,	
Baurui (SP) - Fone: (0xx14) 3321-6605	
Área Regional de Campinas	
Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 340 – térreo	
- Jd. Nilópolis	
Campinas (SP) - Fone: (0xx19) 3578-8300	
Área Regional da Capital, Grande São Paulo I, II e III	
Rua Riachuelo, 115 – 9º andar – Auditório Luís Felipe	
França Ramos – Bairro Centro	
São Paulo (SP) – Fones 3119-9430 ou 3119-9448	
Área Regional de Franca	
Avenida Lázaro de Souza Campos, 322 - São José	
Franca (SP) - Fone: (0xx16) 3721-1978	
Área Regional de Piracicaba	
Rua Almirante Barroso, 491 – Bairro São Judas	
Piracicaba (SP) – Fone: (0xx19) 3433-6185	
Área Regional de Presidente Prudente	
Associação Paulista do Ministério Público	
Av. Coronel José Soares Marcondes, 983 – 7.º Andar – Sala	
72	
Presidente Prudente (SP) – Fone: (18) 3221-9248	
Área Regional Ribeirão Preto	
Rua Otto Benz, 1070 - Nova Ribeirânia	
Ribeirão Preto (SP) - Fone: (0xx16) 3995-2200	
Área Regional Santos	
Rua Bittencourt, 139/141 - 1º andar - sala 17 - Vila Nova	
Santos (SP) - Fone: (0xx13) 3878-3300	
Área Regional São José do Rio Preto	
Rua Voluntários de São Paulo, 3539 - Centro	
São José do Rio Preto (SP) – Fone: (0xx17) 3121-4360,	
3121-4351, 3121-4352, 3121-4354	
Área Regional Sorocaba	
Rua Florindo Julio, 97 – Parque Campolim	
Sorocaba (SP) - Fone: (0xx15) 3233-7370, 3231-3955,	
3211-2672	
Área Regional Taubaté	
Rua Humaitá, 187 - Centro	
Taubaté (SP) - Fone: (0xx12) 3622-5032, (00xx12)	
3632.7512 e (00xx) 3632.7311	
Área Regional do Vale do Ribeira	
Av. Clara Gianotti de Souza, 360/370 - Centro	
Registro (SP) – Fone: (0xx13) 3822-3147, 3821-8061	
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES:	
a) RG (cópia simples);	
b) CPF (cópia simples);	
c) Comprovante de quitação com as obrigações militares,	
se do sexo masculino	
(cópia simples);	
d) Certidão de quitação eleitoral (original fornecida pela	
internet);	
e) Atestado de boa conduta, firmado por Membro do Minis-	
tério Público, Magistrado	
ou Professor da Faculdade de Direito cursada (original);	

e) Atestado médico comprovando gozo de boa saúde física e mental (original);

f) Declaração expedida pela Faculdade de Direito que comprove matrícula a partir

do antepenúltimo ano do curso, indicando existência ou inexistência de matérias em dependência de aprovação de qualquer período anterior (original);

g) Histórico escolar relativo ao curso de Direito (original);

h) Declaração de horário da série em que se encontra matriculado (original);

i) 2 (duas) fotos 3x4, coloridas, datadas há menos de um ano;

j) Certidão de distribuição criminal das comarcas onde o candidato tiver residido nos 5 (cinco) anos anteriores à abertura do concurso (original);

k) Prova de residência (cópia simples);

l) Ficha de cadastro (original);

m) Declaração de parentesco (original);

n) Declaração negativa ou positiva de atividade (original).

Os itens “I, m e n” dispõem de modelo na Internet, no portal do Ministério Público do Estado de São Paulo, pelo link: Cidadão/Concursos/Concurso para Credenciamento de Estagiários/21º Concurso de Estagiários/Escolha de Vagas e Posse.

#### n. 345/2017-PGJ

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 19, XII, "p" da LC 734, de 26-11-1993, nos artigos 3º, 61 e 62, todos do Ato 484/06-CPJ, de 05-10-2006 e no art. 3º, da Resolução CNMP 82/2012, com redação dada pela Resolução 159, de 14-02-2017, a pedido do CAO Cível e de Tutela Coletiva - Centro de Apoio Operacional de Infância e Juventude e Idoso, **PUBLICA** Ata de Audiência Pública sobre a **Regulamentação da atividade de atendimento e assistência a idosos institucionalizados no Município de Praia Grande**, realizada em 07-07-2017, no auditório da Promotoria de Justiça de Praia Grande.

**Inquérito Civil 14.0395.0005069/2014**  
**Ata de Audiência Pública**  
Aos 7 (sete) dias do mês de julho de 2017, por volta das 9h30, no auditório da Promotoria de Justiça de Praia Grande, onde comigo, Marlon Machado da Silva Fernandes, Promotor de Justiça, estiveram presentes: Vera Gimenez, RG 2618900505, representante da ILPI Flor de Lis; Adriana A. Antunes, RG 20823395-7, representante da ILPI Santa Ana; Moacir Lopes Miguel, RG 6.285.239, representante do Conselho Municipal do Idoso; Oscar Zucheratto, RG 7831504-9, Presidente do Conselho Municipal do Idoso; Luiz Carlos Marono, RG 11760281-4, representante do departamento municipal de vigilância sanitária; Lucí Viegua de Carvalho, RG 13.879672 e Cristiane Takamoni, RG 30375593-3, representantes da vigilância sanitária municipal; Roberto Andrade e Silva, RG 27523837-4, Vereador, representando a Câmara de Vereadores de Praia Grande e Dorian Rojas, RG 10547127, representando a Secretaria Municipal de Saúde. Iniciados os trabalhos foi explanado pelo Promotor de Justiça acerca do projeto de lei e sua necessidade de aprovação por parte do Poder Legislativo Municipal. A iniciativa da redação da minuta de projeto de lei partiu da Vigilância Sanitária Municipal, em razão da necessidade de regulamentação da atividade das casas voltadas ao atendimento de idosos, especialmente em relação ao aumento de casos de idosos que precisam de nutrição enteral, que exige uma fiscalização rigorosa devido ao risco de contaminação. Apresentada a minuta do projeto, o Ministério Público convocou a audiência pública a fim de permitir aos atores da rede de proteção aos idosos, bem como aos representantes das Casas de acolhimento e clínicas, discutir o tema e fazer sugestões que venham a aprimorar o projeto de lei a ser remetido pelo Senhor Prefeito Municipal à Câmara de Vereadores. Em seguida, foi chamado à mesa o representante da Vigilância Sanitária Municipal, Sr. Luiz Carlos Marono, que reafirmou a necessidade da manutenção da regularidade das casas de repouso. O Secretário Municipal de Saúde pregou agilidade nos procedimentos concernentes à sua área, diante da urgência que tais questões possuem. Foi ressaltado pelo Promotor de Justiça o bom estado das casas de repouso em Praia Grande. Ademais, apontou-se a amplitude do projeto de lei, que tem como objetivo agilizar a fiscalização e manter a adequação das moradias dos idosos à lei. A seguir, o Sr. Luiz Carlos Marono começou a explanação sobre o projeto de lei. Aduziu que a lei municipal obedece a diferenciação já existente na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre Instituições de Longa Permanência para Idosos, Condomínio Residencial e Clínicas Geriátricas ou Casas de Repouso. O Sr. Marono ressaltou a vedação legal a manutenção de pessoas não idosos, ou seja, com menos de 60 anos, em qualquer das unidades retratadas na lei. O Promotor de Justiça ressaltou que as ILPI sofrerão as devidas punições caso descumpram esse dispositivo legal. O Sr. Carlos Zucheratto trouxe à discussão a existência de um Termo de Ajustamento de Conduta para que tal situação não acontecesse a partir da assinatura do compromisso. Sequencialmente, o Sr. Marono explanou acerca do Plano de Atenção Integral à Saúde (PAIS), previsto no projeto de lei. Tal plano será individual para cada casa de repouso, estabelecendo parâmetros de atendimento aos moradores. Quanto à necessidade de qualificação do material humano das casas de repouso, o projeto de lei prevê a manutenção e pessoal de acordo com a incapacidade do idoso. Ressalta-se ainda a necessidade de um responsável técnico formado com nível superior, ainda que não seja médico, podendo ser um profissional da área de saúde, inicialmente excetuando-se os casos de ILPI, que tem finalidade predominantemente social. Foi debatido a necessidade de haver Responsáveis Técnicos graduados ou especializados na área da saúde, principalmente em clínicas e casas de repouso, onde a finalidade ultrapassa a social e atinge a necessidade de manutenção da saúde dos idosos, de modo que foi acordado a remoção dos parágrafos primeiro e segundo do artigo 16 do projeto de lei. Os participantes opinaram pela inclusão das ILPI na necessidade de um Responsável Técnico especializado na área da saúde, haja vista que, por conta da idade avançada de todos os habitantes destes locais, eventualmente haverá a necessidade de um atendimento especializado de saúde. Aduziu-se acerca da capacitação profissional dos funcionários locais, uma vez que, atualmente, a avaliação feita pela Prefeitura Municipal confere sempre nota zero à imensa maioria das instituições da região. A capacitação está prevista no novo projeto de lei. O Secretário Municipal de Saúde assumiu o compromisso de ajustar também os profissionais da prefeitura municipal para que se adequem a nova lei, tão logo aprovada. Continuando a explanação, o Sr. Marono passou a discursar sobre a questão de alimentação enteral, ressaltando que é um procedimento que necessita de local adequado e se trata especificamente de um serviço previsto para Clínicas Geriátricas. Foi ressaltado pela Prefeitura a dificuldade na fiscalização na alimentação de meio aberto, sugerindo que fosse realizada única e exclusivamente em meio fechado, já que haveria menor risco de contaminação. Foi chamada atenção ao custo da dieta em regime fechado, uma vez que o preço é consideravelmente superior. Representantes das Casas de Repouso apontaram dificuldades na dieta enteral, haja vista a pouca participação dos familiares dos idosos, demora dos planos de saúde em fornecimento e do curto prazo de utilização da dieta enteral, uma vez que, na maioria dos casos, a dieta é utilizada para recuperação breve dos idosos. O preço e o modo de utilização da dieta enteral em sistema fechado custa muito mais do que a dieta enteral em sistema aberto que, inclusive, é fornecida pelo Sistema Único de Saúde. Ocorre que tal modalidade de alimentação é muito mais suscetível à contaminação e por isso exige das casas uma instalação modelo hospitalar. Foi sinalizado a necessidade de manutenção os medicamentos nas embalagens originais, a fim de que se reduza o risco de contaminação, sendo avisado pela vigilância sanitária que eventuais

medicamentos encontrados fora do armazenamento original da compra será dispensado. Ao analisar o artigo 54, que prevê aplicação de multa para o não cumprimento das disposições previstas na lei, foi dito pelo Promotor de Justiça, tendo em vista as funções repressivas e educativas da multa, que a multa deveria ter um valor mínimo e máximo, ficando a critério da autoridade municipal, de acordo com o poder aquisitivo do estabelecimento, histórico de incidentes e gravidade da infração. A sugestão foi aceita e encaminhada ao órgão municipal competente. Finalizando, foi explicado o funcionamento do índice de conformidade sanitária, avaliado de 0 a 1 ponto, de modo que todas as instituições serão submetidas e deverão ter pontuação superior a 0.5 pontos. Eu, Fernando Lima Cardim (\_\_\_\_), analista jurídico, digitei.

nº 346/2017 – PGJ

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais AVISA que, diante da definição do cronograma para a segunda fase de implantação do processo de digitalização dos Inquéritos Policiais e outros procedimentos, objeto do Termo de Cooperação 015/2016 – MPSP firmado entre a PGJ e a presidência do TJSP em julho de 2016, a Central do Processo Digital realizará na **data de 18-07-2017** (próxima terça-feira), no período das 9h30 às 13h, por Webconferência (via Skype/Lync), reunião para capacitação de servidores e/ou estagiários da Instituição que farão os trabalhos de escaneamento dos referidos procedimentos nas Promotorias de Justiça, os quais serão visualizados pelas Centrais Facilitadoras para a conclusão da digitalização.

A reunião será realizada por Webconferência (via Skype/Lync) a partir do Edifício Sede do Ministério Público, situado na Rua Riachuelo, 115, 6º andar, Central do Processo Digital e visualizada simultaneamente pelos participantes em seus computadores de trabalho.

CONVOCA ainda Senhores Servidores das Promotorias de Justiça abaixo relacionadas, que pertencem à mesma Base SAJ da Central Facilitadora de Presidente Prudente, a participarem da sobredita reunião de capacitação:

**Promotoria de Justiça de Porto Ferreira**  
FILIPE RODRIGUES MARINHEIRO  
CLAUDIA OLIVEIRA SILVA  
**Promotoria de Justiça de Presidente Bernardes**  
ÁLVARO TOSHIYUKI MIZOBUCHI JUNIOR  
ANDRÉ FREITAS LUENGO  
**Promotoria de Justiça de Presidente Epitácio**  
MAIZA DOS SANTOS COSTA  
DRIELLY VIVIANI GALDINO  
**Promotoria de Justiça de Presidente Venceslau**  
LUANNA NUNES ROCHA LOBATO  
MAURO TSUYOSHI SUYAMA  
**Promotoria de Justiça de Regente Feijó**  
DENISE FERNANDA DESTRO DA SILVA  
SILVIA SOTOCORNO SGRIGNOLI  
**Promotoria de Justiça de Registro**  
ALEXANDRE HAJIME NASCIMENTO YAMAZAKI  
JOÃO RICARDO KENJI OMURO  
**Promotoria de Justiça de Santo Anastácio**  
VIVIANE SAS ORTIZ CAMPOS  
JUNYOR GOMES COLHADO  
**Promotoria de Justiça de Teodoro Sampaio**  
LAISA MICHELI LEITE GATTI  
JOSIANE FARIA DE SOUZA LIMA  
**Promotoria de Justiça de Tupã**  
LUCAS CASTILHO RODRIGUES DA SILVA  
MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA  
**Promotoria de Justiça de Tupi Paulista**  
TÂNIA REGINA CAVALLINI GOMES  
EVANDRO LUIS PERES

## IX - ATOS ADMINISTRATIVOS DO PGJ

IX Atos Administrativos do PGJ  
Portaria do Procurador-Geral de Justiça de 13-7-2017  
Concedendo Aposentadoria, com fundamento no art. 40, § 1º, III, "b", da Constituição Federal de 1988, alterado pela E.C. 20/98 e E.C. 41/2003, a Tania Mara Barbosa Torricelli, R.G. 9.512.195-X – PIS/PASEP: 1.055.636.907-3, Oficial de Promotoria I, Carreira II, Padrão A-05, do QPMPEP, fazendo jus aos proventos mensais proporcionais a 15/30, calculados de acordo com o disposto na Lei 10.887/2004, correspondente a: Vencimento básico e Gratificação de Promotoria, prevista na Lei 8.799/94, c. c. o art. 22 da L.C. 1.118/2010, calculada de acordo com o anexo VII, da mencionada L.C.; acréscidos de adicionais por tempo de serviço (03), a que se refere o art. 19, I, da L.C. 1.118/10, conforme consta do Processo CRH/MP-37/07.

## X - CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

### D - CAO CÍVEL E DE TUTELA COLETIVA

Relatório referente ao **artigo 106** do Ato Normativo 484-CPJ, de 05-10-2006 com as informações de publicidade da tramitação de inquéritos civis do **período de 04-07-2017 até 10-07-2017**

**CAO SIS MP DIFUSOS – Entrância Inicial, Intermediária e Final**

**Área do Direito: CONSUMIDOR**  
I - PORTARIAS DE INQUÉRITO CIVIL E PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL  
Nº MP: 14.0161.0000282/17-7 Nº Documento: Nº CAO: Município: SÃO PAULO  
Assunto/Ementa: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL | SERVIÇOS DE SAÚDE |  
Parte: AMEPLAN ASSISTENCIA MEDICA PLANEJADA LTDA - REPRESENTADO  
IVONE PEREIRA DOS SANTOS - REPRESENTANTE  
ROYAL SAÚDE LTDA. - REPRESENTADO  
Nº MP: 14.0242.0000465/17-4 Nº Documento: Nº CAO: Município: CONCHAS  
Assunto/Ementa: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL | Parte: ACADEMIA PRO FORMA DE CONCHAS LTDA. ME - REPRESENTADO  
CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FISICA DA 4º REGIÃO - REPRESENTANTE  
Nº MP: 14.0267.0000170/17-5 Nº Documento: Nº CAO: Município: FRANCISCO MORATO  
Assunto/Ementa: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL | Parte: FABIOLA DE OLIVEIRA - REPRESENTANTE  
MARLON DOS SANTOS NASCIMENTO - REPRESENTANTE  
SAMUEL ALVES DOS SANTOS - REPRESENTANTE  
Nº MP: 14.0310.0000704/17-8 Nº Documento: Nº CAO: Município: JACUPIRANGA  
Assunto/Ementa: TRANSPORTE | Parte: ALBERICO ZANON FILHO - REPRESENTANTE  
Nº MP: 14.0310.0000726/17-4 Nº Documento: Nº CAO: Município: JACUPIRANGA  
Assunto/Ementa: TRANSPORTE | Parte: ANTERO ANTUNES - REPRESENTANTE  
VIAÇÃO MINA DO VALE TRANSPORTE E TURISMO LTDA. - REPRESENTADO  
Nº MP: 14.0338.0000145/17-3 Nº Documento: Nº CAO: Município: MIRANTE DO PARANAPANEMA  
Assunto/Ementa: SERVIÇOS DE SAÚDE | Parte: CONSELHO BRASILEIRO DE OFTALMOLOGIA - REPRESENTANTE  
MARCELO TETILA BANAR - REPRESENTADO  
Nº MP: 14.0710.0000510/17-6 Nº Documento: Nº CAO: Município: DIADEMA  
Assunto/Ementa: ENERGIA ELÉTRICA | Parte: AES ELETROPAULO S/A - REPRESENTADO